



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RAY DOUGLAS SILVA DOS ANJOS

**A VACINA ANTIVARIÓLICA: OBSTÁCULOS DA SUA APLICAÇÃO NA
PARAHYBA DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860**

GUARABIRA – PB

2023

RAY DOUGLAS SILVA DOS ANJOS

**A VACINA ANTIVARÍOLICA: OBSTÁCULOS DA SUA APLICAÇÃO NA
PARAHYBA DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860**

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Graduado em História.

Área de concentração: História, relações de Poder.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes

GUARABIRA – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A535v Anjos, Ray Douglas Silva dos.
A vacina antivariólica [manuscrito] : obstáculos da sua aplicação na Parahyba do Norte nas décadas de 1850 e 1860 / Ray Douglas Silva dos Anjos. - 2023.
24 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Departamento de História - CH. "

1. Vacina. 2. Variola. 3. RElatório de Presidente de Província. 4. Inoculação. I. Título

21. ed. CDD 981.33

RAY DOUGLAS SILVA DOS ANJOS

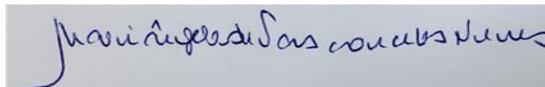
A VACINA ANTIVARIÓLICA: OBSTÁCULOS DA SUA APLICAÇÃO NA PARAÍBA
DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860

Trabalho de Conclusão de Curso em
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Graduado
em História.

Área de concentração: História, relações
de Poder.

Aprovada em: 22/06/2023.

BANCA EXAMINADORA:



Prof^a. Dr^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Cristiano Luís
Christillino

Prof. Dr. Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Amanda Barvalento Gomes

Universidade Estadual da Paraíba (UFPE)

Aos meus pais, minha tia, meus familiares e amigos que me apoiaram durante toda essa jornada, DEDICO.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A VARÍOLA NA AMÉRICA PORTUGUESA	7
3. TÉCNICA MILENAR; A VARIOLIZAÇÃO	9
4. EDWARD JENNER E O COWPOX.....	11
5. A VACINA HUMANIZADA NO BRASIL	12
6. A VACINAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE.....	14
7. CONCLUSÃO	19
FONTES.....	23
REFERENCIAS.....	24

A VACINA ANTIVARIÓLICA: OBSTÁCULOS DA SUA APLICAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860

Ray Douglas Silva dos Anjos¹

RESUMO

O Presente artigo tem como objetivo identificar quais foram as dificuldades enfrentadas para a vacinação humanizada (jenneriana) na província da Parahyba do Norte nas décadas de 1850 e 1860. A inoculação do vírus cowpox no ser humano como forma de imunização contra a *bexiga* modificou totalmente o combate a varíola, doença que vitimou milhares de seres humanos em toda a sua história. Contudo, devido ao medo da vacinação pela população, a dificuldade de manter o pus variólico fresco, a grande extensão territorial, o escasso orçamento disponibilizado pelo governo e a não remuneração de profissionais vacinadores contribuem para o insucesso da vacinação na Parahyba do Norte entre as décadas de 1850 e 1860. Serão utilizados os relatórios de presidente de província do respectivo recorte temporal como fonte primária para a pesquisa. Empregando como base teórica os autores; Sidney Chalhoub (1996), Stefan Ujvari (2020), Serioja Mariano (2019) e Tânia Fernandes (2010).

Palavras-Chave: vacina; varíola; relatório de presidente de província; inoculação.

ABSTRACT

This article aims to identify the difficulties faced for humanized (Jennerian) vaccination in the province of Parahyba do Norte in the 1850s and 1860s. fights smallpox, a disease that has killed thousands of human beings throughout its history. However, due to the fear of vaccination by the population, the difficulty of keeping variolic pus fresh, the large territorial extension, the scarce budget made available by the government and the non-remuneration of vaccinating professionals contributed to the failure of vaccination in Parahyba do Norte between the decades of 1850 and 1860, using the reports of the president of the province of the respective time frame as the primary source for the research. Using the authors as a theoretical basis; Sidney CHALHOUB (1996), Stefan UJVARI (2020), Serioja MARIANO (2019) and Tânia FERNANDES (2010).

Keywords: vaccine; smallpox; provincial president's report; Inoculation

¹ Aluno graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: rdouglassilva75@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O vírus SARSCoV-2 ou Covid – 19, como é majoritariamente conhecido, é o grande causador da pandemia que se alastrou pelo mundo a partir do final de 2019, chegando a esse status pandêmico em março de 2020. Com sua alta capacidade de transmissão, aliado com a grande interconexão entre os continentes; em questão de meses, a maioria dos países já tinham casos positivos desse coronavírus. Medidas de prevenção e controle foram necessárias serem tomadas, para prevenir e combater esse agente infeccioso em diversos lugares no mundo, não sendo diferente no Brasil. No final de 2020, vacinas contra esse mal foram criadas, chegando no Estado brasileiro no ano seguinte, causando assim, uma grande queda no número de internações e mortes como é comprovado por um estudo feito pelo pesquisador da Fiocruz Daniel Villela, onde constata a eficácia da vacinação na população adulta do país, “Ao analisar adultos com esquema completo de imunização, os valores estimados de efetividade da vacina AstraZeneca apontam que a prevenção de casos graves e óbitos está entre 80% e 90%. (PORTAL FIOCRUZ, 2012).

Com o início dessa pandemia global, houve um maior interesse a respeito de doenças que assolaram a população mundial. É nesse momento que a partir de pesquisas com os relatórios de presidente de província me interesse sobre a varíola e a sua vacinação no século XIX, me instigo a saber mais sobre esse processo em um século onde a medicina vinha se estabelecendo no país, em comparação aos séculos anteriores, mas ainda sim com grande desfalque no território nacional, onde a população, em sua maioria, recorria sempre a curandeiros, benzedeiros e a fé, como forma de curar doenças.

Os médicos formados em faculdades praticamente inexistiam no país até o início do século XIX; eram os curandeiros, barbeiros sangradores, benzedeiros e outros práticos os agentes de cura existentes, permanecendo bastante procurados durante todo o período imperial — para desespero da classe médica. (SAMPAIO, 2001, p. 25).

A varíola humana é uma doença com altos índices de contágio, sua transmissão pode ocorrer por inalação de gotículas, por meio de espirros, tosses e saliva, e pelo contato direto com pertences da pessoa contaminada que ainda contenham o vírus, “Idade, clima e gênero não evitavam nem favoreciam a contaminação, que ocorria por contato com gotículas de saliva ou secreções respiratórias de indivíduo infectado’ GURGEL, 2010, p. 121). Presente no Velho mundo há centenas de anos e acometendo incontáveis vítimas, esse mal, juntamente com outras doenças, chega no continente americano a partir das grandes navegações, “Chegavam às ilhas caribenhas verdadeiras embarcações de epidemia” (UJVARI, 2020, p. 78), onde participa das guerras contra os povos nativos, os quais são significativamente afetados por esse vírus, corroborando não somente para a queda dos impérios Inca e Asteca, como também, na luta contra os indígenas no Brasil, se tornando contínuo seus surtos na história do país. É no final do século XVIII, que Edward Jenner descobre a vacina humanizada, essa que se espalha pelo mundo chegando no território brasileiro alguns anos depois e se tornando o meio mais eficaz contra a *bexiga*. Entretanto, a vacina enfrenta obstáculos devido ao medo da população com esse método de prevenção “O processo de vacinação não era fácil.

As pessoas temiam o desconhecido e acreditavam que seriam contaminadas e mortas.” (MARIANO, 2019, p. 3).

Dessa forma, busquei identificar com esse trabalho os percalços que a vacinação na Parahyba do Norte enfrentava nas décadas de 50 e 60 no século XIX, utilizando os relatórios de presidentes de província e os relatórios do Ministério do Império como fonte primária nesse recorte temporal. O relatório de presidente de província era produzido pelos governantes dos locais, os quais eram escolhidos pelo Imperador entre os deputados para a administração das províncias, sendo um cargo bastante rotativo, onde, em sua maioria, não geriam o território por mais de dois anos consecutivos, todavia, é uma documentação bastante farta para entender as indagações a respeito das questões de segurança pública, construções, justiça, estabelecimentos de caridade, saúde pública e vacinação. Já os relatórios do Ministério dos Negócios do Império mostram uma visão geral sobre os âmbitos do governo Imperial. Ambos se apresentam como importantes documentos que ajudam a compreender como ocorria a vacinação no período imperial.

O ponto de partida dessa pesquisa acontece com a entrada da varíola no Novo mundo a partir da invasão europeia, evento esse que desencadeou a transmissão de diversas enfermidades, como a varíola para a população nativa, em seguida, procuro destacar a variolização, técnica empregada na prevenção contra a *bexiga* por meio da inoculação do vírus humano da doença, chegando posteriormente, na descoberta da vacina jenneriana e a sua chegada no Brasil Imperial e assim alcançando a questão central sobre os empecilhos que a vacinação na Parahyba do Norte nas décadas de 50 e 60 sofreu. Para trabalhar com essa tema, utilizo como base bibliográfica os seguintes autores que contribuem para compreender o assunto discutido; Stefan Cunha Ujvari, que aborda em seu livro *História das Epidemias* (2020), as doenças que atacaram a população mundial ao longo dos séculos, trazendo a história da varíola e toda a sua dimensão até a descoberta da vacina; Tânia Maria Fernandes e seu livro *Vacina Antivariólica ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920* (2010), onde a autora discorre sobre a vacinação desde a chegada da corte portuguesa em terras americanas, traçando um percurso da vacina jenneriana, a sua irregularidade para a efetiva aplicação no Brasil; Sidney Chalhoub e seu livro *Cidade Febril* (1996), no qual expõe minuciosamente todas as questões voltadas aos problemas acerca da inoculação e Serioja R. C. Mariano com o seu artigo *Em favor da hygiene pública, da polícia sanitária e do bem geral: As medidas de combate a varíola na Parahyba no século XIX* (2019), no qual analisa o combate a essa enfermidade pelos poderes públicos provinciais durante todo o século XIX, utilizando diversos documentos como fonte primárias.

2. A VARÍOLA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Erradicada na segunda metade do século XX, a varíola, também conhecida como bexiga, foi uma das doenças mais mortais do mundo, sua transmissão ocorria por via aérea, sendo seu agente causador o Orthopoxvirus. Com um período de incubação “De 10 a 14 dias (variando de 7 a 19 dias) após a exposição” (BRASIL, Ministério da saúde, 2005, p. 768), a varíola provocava lesões na pele que se manifestavam dias depois da infecção, evoluindo para vesículas e, em seguida, progredindo para pústulas “e seguiam um curso evolutivo definido de mácula, pápula,

vesícula, pústula, crosta e cicatriz.” (GURGEL, 2010, p. 121). Sua origem não está totalmente nítida, alguns estudiosos acreditam que ela tenha surgido próximo da Índia ou na China. Ela chega na Europa na Idade Média causando incontáveis vítimas e, no Novo Mundo, a partir das Grandes Navegações.

A origem da varíola permanece obscura; os maiores indícios a apontam como doença originária do Oriente, principalmente da China. Arquivos chineses descrevem um mal semelhante à varíola em eras longínquas, de mil anos antes de Cristo. O isolamento chinês contribuiu para restringi-la àquela área do globo. Somente no século VI d.C., surgiram relatos da sua incidência na Europa, acreditando-se ser essa a época da introdução da varíola no Ocidente (UJVARI, 2003, p. 106).

No século XVI, a Espanha e Portugal eram as grandes potências marítimas e foram as colonizadoras do Novo Mundo, ao chegar nessas terras, ocorre o encontro com os nativos e a partir desse contato, regularmente estabelecido por meio da força, os povos autóctones são violentamente atacados por doenças que até então não existiam no ambiente, sendo uma dessas enfermidades a varíola, que acomete drasticamente a população ameríndia, corroborando para queda do Império Asteca e do Inca e atacando os indígenas que viviam no litoral brasileiro.

[...]prestou auxílio ao espanhol Cortez por acometer e exterminar parte da população asteca. Facilitou a conquista espanhola. Atingiu também os Andes e a elevada mortalidade dos incas também favoreceram a conquista de Pizarro. A varíola ainda foi levada para o litoral da América do Sul e varreu populações indígenas brasileiras. (UJVARI, 2012, p. 154).

Em território brasileiro, o primeiro relato sobre uma epidemia de varíola ocorreu devido o contato de franceses com indígenas que se estabeleceram para fundar a França Antártica, “As temerosas bexigas provavelmente chegaram ao Brasil a partir de 1555, trazidas ao Rio de Janeiro pelos calvinistas franceses que haviam ali fundado um pequeno núcleo populacional.” (GURGEL; ROSA, 2012, p. 390). Na década seguinte, com os aldeamentos indígenas construídos pelos jesuítas, com a missão de catequizar os nativos, se espalha uma epidemia de varíola, a qual ataca todo o litoral brasileiro, onde, em torno de três meses, deixou cerca de 30.000 vítimas “Propagou-se pela costa brasileira matando metade dos indígenas acometidos. Várias vilas jesuítas perderam seus índios em fase de cristianização - há relatos de morte de até 30 mil deles.” (UJVARI, 2020, p. 88).

Já no final do século XVI, depois de anos de luta devido à invasão do território dos Potiguares (que tinham suas aldeias espalhadas da Paraíba até o Maranhão), os portugueses conseguiram reverter a sua situação quando são infectados pela varíola e precisam voltar para a Paraíba, deixando em seus rastros corpos e vestimentas que continham o vírus ativo, promovendo o contato dos Potiguares com esse agente infeccioso, causando inúmeras vítimas, acarretando na sua conquista.

Com suas tropas desfalcadas, eles foram forçados à retirada e os sobreviventes voltaram à Paraíba deixando insepultas as vítimas da doença. O que de início parecia uma imensa desvantagem foi crucial para a inversão do quadro. O contato com a pele, secreções ou roupas dos inimigos infectados foi suficiente para o contágio indígena. Em pouco tempo, os nativos, dizimados, desapareceram em extensas regiões outrora consideradas seus redutos intransponíveis. [...] Após resistirem militarmente

por 25 anos, o povo Potiguar rendeu-se aos portugueses, aniquilado pela moléstia. (GURGEL; ROSA, 2012, p. 393).

A varíola ataca predominantemente de duas formas segundo Juan J. Ângulo; a *major* e a *minor* “A varíola *major* é caracterizada por um coeficiente de letalidade da ordem de 20 por cento, assim como por maior proporção de quadros clínicos severos. A varíola *minor* caracteriza-se por uma letalidade de aproximadamente 1 por cento.” (ÂNGULO, 1991, p. 55). Porém, ela podia aparecer de uma forma ainda mais letal que a *major*; a “purpura variolosa”, que de acordo com Gurgel (2010), esse pode ter sido o modo que acometeu os povos originários nas epidemias de varíola no Brasil no século XVI:

A varíola podia manifestar-se sob uma forma fulminante, denominada “púrpura variolosa”, cuja vítima era rapidamente levada à morte sem que houvesse tempo para a erupção de lesões variólicas propriamente ditas. A pele tornava-se friável, descolava-se facilmente ou formava bolhas. Essa terrível apresentação da varíola estava relacionada à falta de resposta imune do doente e foi a provável forma que ocorreu entre os indígenas em várias epidemias no Brasil. (GURGEL, 2010, P. 123).

Nesse mesmo século se inicia a trágica comercialização de pessoas africanas escravizadas para o Brasil, numa tentativa de sanar a falta de mão de obra para a produção agrícola, dado que uma das questões para isso acontecer é a queda drástica da população indígena devido as enfermidades trazidas pelos europeus.

3. TÉCNICA MILENAR; A VARIOLIZAÇÃO

Juntamente com as doenças, surgem as práticas de cura das enfermidades, e no caso da varíola, técnicas populares eram empregadas para tentar acabar com esse mal no Brasil desde o período colonial, como a utilização de aguardente e de sangrias (procedimento que consistia na retirada do sangue do doente como tratamento), onde a última era utilizada “no sentido de “expulsar do corpo” os horrores provocados pelo mal da bexiga.” MARIANO, 2019, p. 9). Até o excremento de cavalo na forma de pó foi utilizado como medicamento para o combate da bexiga “não faltavam grandes doses de excremento de cavalo, pulverizado e tomado com qualquer líquido, usado por ser proveniente de um animal que, pela sua constituição física, transmitia a ideia de força.” (GURGEL; ROSA. 2012, p. 395).

No século XVIII, a varíola continuava a assolar não só apenas o continente americano, mas também o Europeu, o qual se via em episódios constantes de surtos epidêmicos, apresentando um número significativo de mortes, “Em plena Europa do século XVIII, surtos mortais ocorriam – de cada 100 pessoas, 95 adoeciam e destas, uma em cada sete morria.” (GURGEL, 2010, p. 129). E é nesse mesmo século que o Ocidente descobre uma técnica que se baseia na inoculação do vírus variólico, chamada de variolização. Chalhoub (1996) descreve que possivelmente essa prática surge da:

Crença, presente em tradições de medicina popular em várias parte do mundo desde a mais remota antiguidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir - tal aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas as coisas, como ocorreu com frequência no caso da inoculação do pus variólico ou variolização” (CHALHOUB, 1996, p. 102).

De acordo com Ujvari (2020), foi no Oriente onde o primeiro método de variolização surge, mais precisamente na China e na Índia. Na técnica chinesa, eles “retiravam as crostas das lesões cutâneas dos pacientes em convalescência, reduziam-nas a pó por maceração, que era então assoprado através de bambus nas narinas das crianças, fazendo com que estas ficassem protegidas. (UJVARI, 2020, p. 106), sendo esse método aplicado por volta de 1.000 d.C. Sua chegada na Europa foi lenta, só ocorrendo na década de 1710, onde apresentava mudança no modo de inoculação do vírus, no qual “sopro nas narinas se alterou para agulhadas no braço” (UJVARI, 2020, p. 106), utilizando então o pus das pústulas ocasionadas pela doença. Segundo Sidney Chalhoub (2020), essa técnica era realizada por dois médicos gregos, Pylarini e Timoni, em Constantinopla, no início do século XVIII, onde “removiam a matéria pastosa das pústulas do varioloso e, utilizando-se de uma agulha previamente molhada no pus, faziam pequenas incisões em pessoas sãs.” (CHALHOUB, 1966, p. 103), esse segundo médico “enviou uma descrição de seu método ao dr. John Woodward. de Londres, e este apresentou um relatório obre o assunto na Royal Society - publicado em 1714.” (Ibidem).

Para a pesquisadora e historiadora Tânia Maria Fernandes, esta técnica se embasava na “constatação de que os indivíduos que sobreviviam à varíola não mais a contraíam e que sua implantação artificial no organismo humano poderia provocar defesa contra a doença.” (FERNANDES, 2010, p. 31).

Entretanto, a variolização só tem início na população britânica a partir da década de 1720, a qual tem seu primeiro ano marcado por um surto epidêmico de varíola na cidade de Londres, que causou uma expressiva quantidade de mortos (cerca de 3.000 mortes), ocorrendo nesse determinado surto epidêmico, segundo Ujvari (2020) “o primeiro caso de inoculação na Inglaterra” (UJVARI, 2020, p. 107), realizado a pedido da esposa do embaixador britânico na Turquia para proteger a sua filha da varíola, tendo ela conhecido essa técnica quando estava em terras turcas. Então, “Após o incentivo de membros da nobreza britânica e, é claro, a realização de experiências em cobaias humanas e selecionadas – prisioneiros de Newgate -, o método ganhou notoriedade e se espalhou pelo reino.” (CHALHOUB, 2020, p. 103).

Na América, o início da prática de variolização ocorre na mesma década, pois a epidemia de varíola que ocorria na Inglaterra chega nas suas colônias no mesmo ano, encontrando um “firme defensor no reverendo Cotton Mather, que sugeriu uma adoção em Boston. Mather logo conseguiu a conversão de um esculápio, Zabdiel Bcylston. que inoculou dezena de pessoa com excelente resultado.” (CHALHOUB, 1996, p. 104). Esse reverendo descobriu a técnica de variolização anos antes da Royal Society, obtendo o conhecimento da prática a partir de um homem africano escravizado, o que comprova que a variolização era também aplicada na África.

Em relação a Portugal, Chalhoub relata que a variolização não foi recebida com contentamento da mesma forma que a Inglaterra, França ou Alemanha, o que provavelmente ocorreu porque a varíola “parece não se ter constituído em grave problema de saúde pública em Portugal naquele período.” (CHALHOUB, 1996, p. 105), não acontecendo o mesmo nas suas colônias, a exemplo do Brasil, que continuava sendo atingido pela doença. Contudo, a variolização não é empregada

visto que “a oposição das autoridades médicas portuguesas evitou a adoção da variolização a não ser de forma esporádica.” (Ibidem).

Em terras brasileiras, relatos sobre a variolização no século XVIII são ínfimos, uma delas se dá, segundo Gurgel, por volta da década de 1740, onde um padre carmelita utilizou essa prática para proteger indígenas:

No Brasil a primeira variolização de que se têm notícia teria sido praticada por volta de 1740, pelo padre carmelita José da Magdalena. Ciente de que a população nativa era vítima potencial de epidemias, o superior das Missões do Rio Negro (Grão-Pará), que incluíam 26 povoações, iniciara a prática entre indígenas sob sua responsabilidade. O padre teria salvado, assim, um bom número de nativos, mas não são conhecidas outras tentativas de proteger os nativos por essa técnica. (GURGEL, 2010, p. 129 – 130).

Todavia, com a observação das práticas de variolização percebeu-se que ela poderia causar diferentes manifestações da varíola no indivíduo inoculado, apresentava um número significativo de mortes “duas a três mortes em cada cem pessoas submetidas ao procedimento” (CHALHOUB, 1996, p. 103) e poderia causar novos surtos epidêmicos da enfermidade. “Cada inoculação poderia, na realidade, originar um doente, que, além de se expor aos riscos da varíola na sua forma confluyente e letal, tornava-se um agente de difusão da doença.” (FERNANDES, 2010, p. 32). E por volta da década de 1790 a variolização é substituída pela vacinação jenneriana.

4. EDWARD JENNER E O COWPOX

Apesar da variolização ganhar ampla notoriedade no ocidente a partir do século XVIII, ela apresentava riscos para a população, podendo ocasionar novos surtos epidêmicos e mortes de inoculados. Porém, é no final desse mesmo século que um médico descobre uma alternativa que modifica os rumos da prevenção contra a varíola; a vacinação.

Era senso comum na Inglaterra, mais especificamente no sudoeste do país, “a idéia de que indivíduo que trabalhavam no trato do gado, especialmente aqueles que se ocupavam em ordenhar vaca, não contraíam a varíola.” (CHALHOUB, 1996, p. 105 – 106), nessa região, o gado leiteiro podia apresentar uma doença que foi chamada de cowpox, varíola bovina. Ela “Consistia em lesões de vesículas, pequenas bolhas, no úbere da vaca, que eram muitas vezes transmitidas às mãos das ordenhadeiras pelo contato com o animal infectado.” (UJVARI, 2020, p. 110). E a partir dessas observações juntamente com a crença popular, o Dr. Edward Jenner inicia seus estudos sobre esse fato, onde percebe que as ordenhadoras afetadas pelo cowpox “não contraíam a varíola quando em contato com pessoas doentes.” (FERNANDES, 2010, p. 32). Jenner então presume que o sujeito se contamina com o cowpox, adquire imunidade contra a varíola humana.

Após a realização de experimentos que comprovavam a sua teoria, Jenner publicou em 1798 um livro que detalhava a sua descoberta. A vacinação comprovou ser mais segura do que variolização e “a comunidade médica europeia logo se convenceu das vantagens da descoberta de Jenner.” (CHALHOUB, 1996, p. 106).

A vacinação, segundo Fernandes (2010), realizava-se do seguinte modo:

A partir da pústula desenvolvida na vaca, obteve um produto que passou a denominar 'vacina', que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir erupções, semelhantes à varíola, no local das inoculações. Dessas erupções era retirada a 'linfa' ou 'pus variólico', utilizado para novas inoculações. Formava-se, assim, uma cadeia de imunização entre homens, na qual o *cow-pox* da vaca funcionava como um primeiro agente imunizador. Essa vacina ficou conhecida como vacina jenneriana ou humanizada. (FERNANDES, 2010, p. 32).

A forma de vacinação braço a braço foi utilizada devido o cowpox não ser habitual no gado, o que acarretava que os vacinados voltassem cerca de 8 a 9 dias depois para poder ser retirado o pus variólico e assim prosseguir a vacinação humanizada.

Entretanto, a vacinação não deixou de sofrer ataques, os quais consistiam em acusar que pessoas vacinadas ganhariam feições animais "Acreditava-se que os materiais extraídos da vaca não deveriam ser introduzidos em seres humanos, pois se temia criar características desse animal nos inoculados." (UJVARI, 2020, p. 112).

Um problema que se manifestou e que ficou comprovado décadas depois é sobre a capacidade de contaminação de outras doenças por esse método de vacinação "O líquido, chamado de linfa, retirado da lesão ulcerada de uma pessoa e inoculado no braço de outra, poderia transmitir a sífilis, o que desencadeou críticas maciças." (UJVARI, 2020, p. 112). Como também a perda de proteção da vacina humanizada contra a varíola depois de um determinado tempo (em média, cerca de 10 anos). "Para solucionar esses problemas, recomendava-se que a inoculação fosse feita diretamente das lesões do úbere da vaca acometida para os braços da população, a chamada "vacinação animal"." (Ibidem), a qual só foi propagada em meados do século XIX, chegando no Brasil apenas em 1887.

5. A VACINA HUMANIZADA NO BRASIL

A vacina jenneriana chega em Portugal nos primeiros anos do século XIX, sendo logo difundida pelo governo e segundo Chalhoub (1996), é presumível que sua entrada em terras brasileiras ocorre no ano de 1804, quando:

Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, mandou a Lisboa, como cobaias, sete crianças de sua propriedade; um médico acompanhou os escravos, aprendeu a técnica da vacinação braço a braço e voltou aplicando o método sucessivamente aos cativos durante a viagem. (CHALHOUB, 1996, p. 107).

É em 1811 que D. João VI cria o primeiro órgão estatal incumbido da vacinação antivariólica no Brasil; a Junta Vacínica da Corte, a qual era "subordinada à Fisicatura (órgão fiscalizador) e à Intendência Geral de Polícia." (GURGEL; ROSA; CARMECINI, 2012, p. 59). Porém, "Apesar do ambicioso projeto de D. João, a atuação da Junta foi muito inexpressiva diante da magnitude do problema da doença, tanto na capital como nas demais províncias, o que era constantemente ressaltado nas publicações oficiais." (FERNANDES, 2010, p. 46).

Na década de 1820, ocorre alguns incrementos na Junta Vacínica, como a iniciação de mapeamento da vacinação no território, “Mapas relativos à vacinação e relatórios de atividades passaram a ser formulados e apresentados a instâncias superiores de poder.” (FERNANDES, 2010, p. 46). Esses mapas passaram então a serem enviados para o ministro dos Negócios do Império, o qual requisitou “a quantificação semestral das aplicações de vacina com a identificação dos grupos vacinados – “inocentes, adultos, escravos, masculino ou feminino”. (Ibidem).

A partir da década de 1840, período no qual o Segundo Reinado já se encontra em vigor com sua política de centralização, é criado em agosto de 1846, o Instituto Vacínico do Império, órgão esse constituído por:

[...] um inspetor-geral e cuja estrutura incluiria a Junta Vacínica da Corte, que lhe foi incorporada, além de um comissário vacinador provincial na capital de cada província, um comissário vacinador municipal em cada município, e comissários vacinadores paroquiais em todas as povoações onde houvesse pessoas habilitadas ao cargo. (ARQUIVO NACIONAL, 2014).

Sobre o pagamento dos serviços fornecidos, apenas os vacinadores paroquiais e municipais não terem uma remuneração, entretanto, podiam receber ordenados depois de 10 anos de atividades e não podiam ser recrutados para a guarda nacional. “Fora da Corte, era comum que os vacinadores municipais prestassem trabalho gratuito, ficando apenas dispensados de servir na Guarda Nacional e tendo a promessa de efetivação e remuneração ... após dez anos de serviço prestado!” (CHALHOU, 1996, p. 123).

A legislação do Instituto Vacínico do Império previa a obrigatoriedade da vacinação em crianças de até 3 meses de idade, como também a comprovação da inoculação para “o Exército ou Armada, em estabelecimentos de educação ou oficinas a cargo do governo. A mesma exigência era feita para os admitidos, matriculados ou inscritos em qualquer estabelecimento oficial, literário, público ou particular.”. (FERNANDES, 2010, p. 51).

O governo central buscava uma centralização nas questões sanitárias, fazendo com que as orientações sobre a vacinação fossem de acordo com o que era estabelecido por ele, ficando a cargo local apenas o cumprimento, além das despesas saírem e serem pagas pelos próprios municípios, o que segundo Fernandes, auxiliou no não cumprimento dos serviços. “Quanto à vacinação, caberia ao governo central a coordenação e fiscalização dos serviços a serem executados nas províncias, custeados pelos cofres municipais, o que, certamente, contribuiu para inviabilizar a efetivação desses serviços.” (FERNANDES, 2010, p. 51).

Na década de 1850, o Instituto Vacínico do Império é anexado a Junta Central de Higiene Pública, só chegando ao fim na última década do Brasil Imperial, entretanto, segundo Fernandes (2010), as medidas públicas implementadas não mudaram questões relacionadas ao medo da vacinação ou diminuiram o número de casos da varíola, na verdade, o que se viu foi oposto:

As medidas e orientações políticas formuladas e regulamentadas nesse momento, apesar de se manterem válidas até 1880, não alteraram significativamente o quadro nosológico do Rio de Janeiro nem de outras regiões do país. Ao contrário, no que diz respeito à varíola, há referências de aumento considerável de casos, inclusive de pessoas já vacinadas, o que viria fortalecer o questionamento da eficiência da vacina, defendida por alguns como a mais completa medida profilática e tida, por outros, como a mais despótica prática médica. (FERNANDES, 2010, p. 53).

6. A VACINAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE

Ao longo do século XIX, o Brasil sofreu com inúmeras doenças que atacavam a sua população, hora por enfermidades corriqueiras, hora por surtos epidêmicos que ceifavam os habitantes “por aquela época, era demasiado ‘alto o índice de morbidade e mortalidade’”. (AGRA DO Ó, 2005, p. 11).

Sendo localizada na parte de cima do Império, a Parahyba do Norte (antiga denominação do Estado da Paraíba), não passou despercebida pelas moléstias que atacavam todo o território brasileiro, como relata Alarcon Agra do Ó (2005):

As doenças se diluíam na paisagem: morria-se com fartura, na Paraíba. Feliz era quem morria de sucesso, inesperadamente; os demais, só por estarem vivos, eram potencialmente vítimas de febre amarela, de disenterias violentas (ou câmaras, ou fleumas, ou corrença, ou ventre solto, que atacavam além dos naturais quase todos os estrangeiros), de sarampo, de cólera, de malária (ou febre intermitente, ou maleita, ou sezão, ou ainda febre de mau caráter), de varíola (ou doença dos machos, que vem sob sete tipos: hemorrágica, confluyente corimbiforme, coerente, gangrenosa, serosa, discreta e variolóide), do mal do monte (erisipela, ou isipra, que ninguém podia chamar pelo nome), de ramo, de ventosidade, de dureza, de amarelão, de congestão, de dores diversas (de lado, de pontada), [...] (AGRA DO Ó, 2005, p. 20).

Dentre esses males que atacaram a província, estava a varíola, mal que assolou a Paraíba desde o período colonial e continuou a atacar o território durante todo o império, como Oscar de Oliveira Castro (1945) expõe: “A varíola foi das nossas mais antigas doenças epidêmicas. As ocorrências foram frequentes, o número de vítimas chegou a grandes proporções, incidiu com frequência regular, aterrorizando as populações.” (CASTRO, 1945, p. 271 – 272).

Como dito no último tópico, com a descoberta da vacina por Jenner, o governo português adotou esse método que constituía a forma mais eficaz de prevenção contra a varíola, sendo então aplicada pela primeira vez no ano de 1805, iniciando a vacinação pelo governador da província Luiz da Motta Feo e seus filhos, totalizando ao final da vacinação cercas de 20 pessoas, o que o governador definiu como um “feliz sucesso”. Entretanto, de acordo com Mariano (2019), “As pessoas temiam o desconhecido e fugiam da inoculação, acreditavam que poderiam morrer.” (MARIANO, 2019, p. 3), o intuito do governador era fazer com que a população entendesse que a vacinação não causaria nenhum mal, porém “tudo indica que a estratégia não surtiu muito efeito, pois mesmo com esse gesto, ‘apenas vinte pessoas foram inoculadas’ na capital.” (Ibidem).

As questões sobre a vacinação penetravam em diversos âmbitos da sociedade paraibana, como no ambiente escolar, onde, a partir do regulamento de 1849, em tese, os alunos só poderiam frequentar o ensino se tivessem sido vacinados ou contraído a varíola anteriormente. “Na teoria, a vacinação passou a ser um requisito para a admissão dos alunos e estes deveriam também provar não padecerem de moléstias contagiosas, como a varíola.” (MARIANO, 2020, p. 205).

Em meados do século do XIX, mais precisamente na década de 1850 a 1860, a vacinação continuava a ocorrer na Parahyba do Norte, contudo apresentavam as mesmas dificuldades anteriores. “O processo de vacinação não era fácil.” (MARIANO, 2019, p.3). Utilizando os relatórios de presidente de província e os relatórios do

Ministério do Império, busco compreender os problemas para a vacinação nas duas primeiras décadas do segundo meado oitocentista.

Os presidentes de província eram cargos que visavam a administração das províncias brasileiras, sendo escolhidas entre os deputados eleitos pelo Imperador. Esse cargo apresentava uma rápida rotação e com uma grande circulação geográfica, pois um dos seus intuitos era fazer com que os deputados adquirissem conhecimento. Além de experiência administrativa e de bons salários, o político tinha ainda, como presidente, a oportunidade, raramente desperdiçada, de acelerar a carreira. (CARVALHO, 1980, p. 122). Esses administradores faziam relatórios onde informavam todas as questões provinciais ocorridas no seu governo, sendo descritos questões a respeito de salubridade pública, policiamento provincial, construções, culto público, instrução pública, entre outras coisas. A saúde pública também se encontrava nesse relatório, e a partir desse tópico abordado, podemos encontrar inúmeras questões sobre diversas enfermidades que atacavam a *Parahyba do Norte* e sobre a vacinação contra a varíola. Já os relatórios do Ministério do Império abarcavam todos os âmbitos da sociedade imperial brasileira, contendo todos os dados enviados pelas províncias do Império, sendo assim, continham as informações sobre a vacinação no território brasileiro.

De acordo com os relatórios de Presidente de província da Parahyba do Norte, entre as décadas de 1850 e 1860, a varíola continuava a assolar a população paraibana, principalmente no interior da província. Quando os surtos ocorriam, o governo, ao ser informado da ocorrência, enviava uma ambulância com medicamentos, um doutor para socorrer os indivíduos e pus variólico para ocorrer a vacinação e assim acabar com a crise da enfermidade, como é apresentado no mapa do comissário vacinador provincial, João José Innocêncio Poggi:

Em julho deste semestre manifestou-se com aspecto medonho na freguezia da Bahia da Traição, município de Mamanguape, a peste varíola, e na mesma villa em setembro seguinte. Socorros de remedios em uma ambulancia foram para ali de prompto mandados pelo governo da província, para ser applicados aos indigentes: empregarão-se com actividade os respectivos commissarios vaccinadores na propagação da vaccina, e em mui breve tempo conseguiu-se que aquella epidemia ali applicasse. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1852, p. mapa SN)

É necessário ressaltar o amplo desempenho do *Commissário vacinador Provincial* da época; João José Innocêncio Poggi, o qual também ocupava o cargo de Inspetor de saúde pública da Parahyba do Norte. Nascido em Pernambuco, Innocêncio Poggi, nas palavras de Castro (1945) “foi o primeiro médico licenciado de grande atuação em nosso meio.” (CASTRO, 1945, p 35). Mesmo não sendo formado na faculdade de medicina, Poggi “demonstra em seus relatórios conhecimentos para aquele tempo, que ultrapassam à capacidade de um simples prático de medicina.” (CASTRO, 1945, p. 36). É pelos registros realizados por Poggi como inspetor de saúde pública que podemos compreender a vacinação na Província da Parahyba do Norte, saber que o mesmo defendia a vacinação como meio necessário para evitar a varíola e que os atacados pela moléstia não estavam protegidos devido ao preconceito, ou como Poggi comumentemente coloca “repugnância” e que iriam sofrer as consequências da não inoculação.

Nesta capital apareceu a varíola em Abril deste anno, encontrou a maior parte da população preservada com a vacina, e dispertou aos que dela se discuidarão a procural-a, com exepção dehum resto que desgraçadamente

ainda existe de incredulos, alguns dos quaes pagarão cara a sua incredulidade, sendo victimas da referida peste” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1851, p. 12).

Os obstáculos para a vacinação, não só na Parahyba do Norte como em todo o território imperial eram diversos, eles se iniciavam desde a busca por pus variólico para a inoculação, dado que no Brasil não produzia, se fazendo necessário importar dos países europeus, o problema, segundo Challhoub (1996), ocorria devido aos poucos recursos disponibilizados pelo governo, juntamente com a dificuldade de importação, que não garantia a chegada do material em um bom estado para a sua utilização e ainda poderia vir em diversos instrumentos de conservação diferentes, o que gerava um grande transtorno.

[...] a questão da importação da vacina européia foi cefaléia constante para os diretores da instituição. Ingleses, franceses, alemães e italianos vendiam caro um produto sem garantia. Os poucos recursos orçamentários do instituto eram insuficientes para a importação do material necessário. Havia problemas técnico difíceis de resolver no transporte da linfa que vinha acondicionada ora em lâminas de vidro, ora em tubos capilares, ora em algum recipiente de chumbo, e sei lá mais de que jeito, numa rotina desesperadora de problemas e fracassos que não cessam até o fim do período imperial. (CHALHOUB, 1996, p. 118).

Com essa dificuldade existente, de o pus variólico importado chegar em uma boa condição, tornava-se ainda mais difícil o material ser passível de utilização quando chegava nas províncias do Império: “Quando a vacina acontecia de chegar em boas condições à Corte. não resistia ao desafio do transporte às províncias mais distantes.” (CHALHOUB, 1996, p. 118). O relatório do Ministério do Império de 1854 apresenta essa questão acerca da compra do pus variólico para a vacinação e o seu dilema de envio no território brasileiro:

Além disto, ha a difficuldade de obter-se sempre da Europa vaccina em perfeito estado, apezar do zelo dos nossos agentes diplomaticos. Falha grande parte que é remetida pata esta côrte, e deteriora-se muitas vezes a que é enviada daqui para as províncias mais distantes. (Relatório do Ministério do Império, 1855, p. 12).

Já o relatório de presidente de Provincia da Parahyba do Norte de 1859 expõe que a remessa enviada para a dada província se mostrou ineficaz para a vacinação, necessitando outro pedido para a obtenção de pus variólico, "Tenho recommendado muito a propagação da vaccina, mas tem-se-me objectado, que aquella que é para aqui mandada, é inefficaz. Já providenciei para a obtermos que sirva." (Relatório de Presidente de Província, PARAHYBA DO NORTE, 1859, p. 14). Quando havia de faltar o material para a inoculação, era enviado um pedido para Pernambuco, local mais próximo para a aquisição, como ocorreu em 1861 "acabo de pedir ao Sr. presidente da província de Pernambuco a remessa d'algum puz vaccinico, visto não ser de utilidade alguma o que aqui existia." (EXPOSIÇÃO, 1861, p. 10). Entretanto, quando Pernambuco não continha o material, a província só poderia esperar que fossem mandadas remessas pelo governo, com a esperança de retomar a vacinação e até a chegada das lâminas (objeto que protegia o pus variólico), o serviço ficava inerte, motivando mais uma complicação para a vacinação:

Em Julho do anno passado, faltando-me o pus vaccinico para prosseguir na pratica da vaccinação, dirigi-me officialmente ao Instituto da Côrte, á fim de

obte-lo e só pude consegui-lo em Novembro. A demora desta remessa fez com que eu me dirigisse á provincia do Pernambuco com o mesmo fim, mas lá havendo também falta delle nada pude conseguir. Por esse motivo, pois, não pude praticar a vaccinação durante o ultimo semestre do anno proximo passado se não de 24 de Novembro ao último de Dezembro." (Relatório de Presidente de Provincia, PARAHYBA DO NORTE, 1867, p. A5- 7)

Outro problema que poderia ocorrer era a falta de pus variólico para a vacinação, acontecendo em razão da grande quantidade de vacinados que não voltavam após o prazo previsto para a retirada da linfa localizada na pústula, a qual seria utilizada na inoculação de um próximo indivíduo, "Alguma difficuldade se encontra as vezes n'esta Cidade para manter fresco o puz, como convem, já porque os vaccinados deixam de aparecer[...]" (Relatório de presidente de provincia, PARAHYBA DO NORTE, 1854, p. 23).

O empecilho para a vacinação não parava apenas nessas adversidades, visto que a prática de inoculação dependia dos comissários vacinadores, os quais, fora da corte, não recebiam salários, apenas se tinha a promessa de remuneração depois de 10 anos de atividade. O presidente de provincia dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, ressalta em seu relatório essa questão, ao comentar que "sem uma retribuição Justa, e em proporção com o trabalho, não se deve esperar em geral zêlo, e proveito no serviço. " (Relatório do Presidente de provincia, PARAHYBA DO NORTE, 1857, p. 15), porém lembra que essa retribuição do governo não poderia acontecer devido ao pequeno orçamento destinado para esse serviço público, "Mas essa medida de ocorre logo a primeira vista, não pode tão cedo ser adoptada entre nós. A verba da despeza avultaria muito, se fossem pagos todos os empregados, que cria o Regulamento de 17 de agosto de 1846."(Ibidem).

Majoritariamente, os dados a respeito da vacinação, entre 1850 e 1860, só englobam a capital da provincia, "Vão-se colhendo, posto que lentamente, alguns resultados da vaccina; sendo porém unicamente conhecidos os que se referem á capital" (Relatório do Presidente de provincia, PARAHYBA DO NORTE, 1861, p. 12), se tornando difícil saber como ocorria a inoculação no interior, região onde se concentrava o maior repúdio a vacina segundo o presidente de provincia Dr. João Capistrano Bandeira de Melo: "E reconhecida a repugnancia que tem o pôvo ignorante do interior a innoculação da vaccina." Relatório do Presidente de Provincia, PARAHYBA DO NORTE, 1854, p, 22), contudo, o mesmo ao dar continuidade a sua fala, ressalta que em momentos de surtos, a procura pela vacina se faz presente, até mesmo no interior "Em occazioes porem em que a bexiga lavra, o temor leva á alguns a recorrer a este preservativo, e o exemplo d'estes excita a outros a tomarem o mesmo partido" (Ibidem). Essa questão do aumento da procura pela inoculação em momentos de surtos, se apresenta como algo corriqueiro, onde até nos relatórios do Ministério do Império se pode encontrar colocações acerca disso:

A circumstancia de não se ter manifestado o flagello da variola com caracter epidêmico em larga escala, como em outros annos, em nenhuma Provincia, posto que visitasse algumas localidades, explica a diminuição desta cifra. Com effeito não estabelecendo as nossas leis medidas coercitivas mais fortes aos que deixam, por indolência, de premunir-se contra a bexiga pelo uso deste tão útil preservativo, só a elle recorrem nas oceasiões em que a enfermidade faz seos terríveis estragos. (Relatório do Ministério do Império, 1853, p. 11).

Sendo o Brasil do século XIX atacado por grandes surtos epidêmicos, é de fácil constatação que essas outras enfermidades que acometeram a população

interferiram na vacinação, como em 1852, onde, segundo o comissário vacinador provincial, João José Innocêncio Poggi, a Vila de Campina Grande teve a prática de inoculação inativa devido a um surto de febre amarela "A villa de Campina Grande não deu lugar á vacinação por haver-se declarado ali desde Maio do anno passado a febre amarella." (Relatório de Presidente de Provincia, PARAHYBA O NORTE, 1853, p.mapa SN).

A população paraibana, assim como a brasileira, se mostrou aversa a inoculação, a qual era defendida por muitos médicos, "Mas para os médicos era importante a vacinação, pois a mesma era considerada "um poderoso preservativo das bexigas". (MARIANO, 2019, p. 3), mesmo assim, "a vacina não era vista com bons olhos pela população, que alimentava desconfianças a respeito do método de combate à doença" (TARGINO, 2021, p. 66). Estando presente em diversos relatórios de presidente de província esse temor contra a inoculação:

Continua a repugnância da população a inoculação da variola. No anno proximo findo em muitos indivíduos deixou de desenvolver-se a vaccina, apesar de haver o Commissário Vaccinador Provincial distribuído pelos diferentes Commissários laminas, tubos com ferido vaccinico, romettidos pelo Instituto da Côrte; o que retarda um pouco os benefícios, que podião resultar desse preservativo. (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 7).

Esse receio contra a vacina ocorre desde as primeiras décadas do século XIX e se iniciou a partir de um manuscrito de um médico português publicado em Londres onde relata que a vacinação pode dar resultados danosos para o ser humano que recebesse o material vacínico "Seguindo hipóteses controversas de seus colegas europeus, o médico lusitano acreditava na ineficácia de seus valores preditivos e no desenvolvimento de doenças bovinas em seres humanos através da vacinação." (GURGEL; ROSA; CARMECINI, 2011, p. 59).

Outra razão para a não aceitação da vacina se põe a respeito da exigência na volta do vacinado ao local de vacinação depois de 8 dias (em média) para o comissário vacinador confirmar se houve imunização, isto é, "para constatar se houve o desenvolvimento da lesão variólica". (Ibidem), o que comprovaria a eficácia da inoculação, e assim retirar da sua pústula o pus variólico que seria utilizado para proteger o próximo indivíduo, o que era descrito como uma ação bastante dolorosa:

[...] esta volta era bastante incômoda. Os doutores achavam mais eficiente extrair a matéria do braço do vacinado e inoculá-la imediatamente no paciente seguinte. Tal preferência dos esculápios tornava o processo de vacinação lento e certamente desconfortável -talvez bastante doloroso- para aquele que estavam fornecendo a linfa. As descrições se referem a horas de disponibilidade necessária nesta volta do vacinados. Além disso, os facultativos valorizavam sobremaneira o líquido extraído de crianças, isto porque achavam que assim era mais certo o desenvolvimento da pústula verdadeira. (CHALHOUB, 1996, p. 121).

Contudo, segundo Oliveira (2015), essa contrariedade contra a vacina também estava ligada a outra questão, no século XIX, se acreditava que as doenças deveriam ser expelidas, indo à inoculação no inverso disso, "a vacina era rejeitada porque contrariava o princípio de expulsão da doença; esta deveria ser eliminada do corpo, e não introduzida" (OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Além disso, a vacinação braço a braço poderia transmitir outras enfermidades "O que ocorre ao longo do século, no entanto, é a crescente suspeita- e depois a clara constatação -, por parte do médico, de que a vacina como era praticada tornara-se

método eficaz de propagação de outras doenças entre os lancetados.” (CHALHOUB, 1996, p. 116), sendo a varíola animal a mais recomendada, mesmo que só tenha ganhado adesão em meados do século XIX, chegando no Brasil apenas no fim do Império, “A introdução da vacina animal, indicada como mais eficaz e adotada nos países europeus, desde meados do século, somente chegou ao Brasil em 1887.” (FERNANDES, 2010, p. 19).

Esses problemas que agravavam a possibilidade da vacinação obter um resultado com maior amplitude de cobertura não atingiram apenas as décadas de 1850 a 1860, eles se apresentavam anteriormente e prosseguiram por todo o Período Imperial, não apenas na Província da Parahyba do Norte, mas em todo o território brasileiro, corroborando para que a varíola continuasse a fazer inúmeras vítimas em todo o século XIX, mesmo com a descoberta do método preventivo e eficaz contra esse mal.

7. CONCLUSÃO

A varíola foi uma doença que atacou a população mundial sem distinções de idade, classe social ou gênero, desde a Antiguidade. Chegando na Europa na Idade Média e na América no período de sua invasão pelos países ibéricos. Ela corroborou para a conquista do Novo Mundo ao entrar em contato com os povos originários, ceifando incontáveis vítimas ao longo da colonização europeia. O Brasil sofreu com os surtos epidêmicos de *bexiga* durante grande parte da sua história. Com a descoberta da variolização, técnica milenar originada da Ásia, esse método foi difundido no Ocidente como uma forma de prevenção contra esse mal, contudo, essa técnica poderia causar o surgimento de novas epidemias, se tornando obsoleta a partir do momento em que o médico Edward Jenner descobre que o cowpox (varíola bovina), pode ser utilizada na imunização, isto é, como meio preventivo contra a varíola, que tanto assolava a população mundial. Mesmo com algumas objeções, a vacina humanizada foi prontamente difundida, sendo adotada pelo governo português em 1804.

A aplicação da vacina antivariólica em terras brasileiras durante o século XIX, enfrentou diversas dificuldades e a província da Parahyba do Norte não escapou desses problemas. A partir da análise dos relatórios dos Presidentes de província e dos relatórios do Ministério dos Negócios do Império, foi possível identificar que a prática da vacinação sofreu diversos impedimentos nas décadas de 1850 e 1860 no território da Parahyba do Norte. Os problemas já se iniciavam na obtenção do pus variólico, visto que o material já enfrentava adversidades na sua viagem da Europa para corte, ainda tendo o desafio de chegar em um bom estado na capital paraibana, juntamente com a dificuldade de deixar o pus fresco, visto que muitos dos vacinados não voltavam para retirar o pus variólico. Outro fator foi sobre os comissários vacinadores, os quais ficavam encarregados de vacinar a população, porém não recebiam nenhuma remuneração pelo seu trabalho, pois o orçamento não permitia cobrir esses gastos. Por fim, o medo que os habitantes tinham da inoculação, onde acreditava que ao serem vacinados poderiam morrer, ocasionando enorme temor na sociedade.

FONTES

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. Relatório do Ministério do império 1855, Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1855_00002.pdf. Acesso em: 20/04/2023.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. Relatório do Ministério do império 1853, Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1853_00001.pdf. Acesso em: 20/04/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a assemblea legislativa provincial da Prahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província, o dr Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de Agosto de 1851. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=18&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1005%2C-237%2C3785%2C2670>. Acesso em: 10/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a assemblea legislativa provincial da Prahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província, o dr Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 3 de maio de 1852. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=0&r=0&xywh=1144%2C662%2C3759%2C2652>. Acessado em: 10/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição feita pelo dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque na qualidade de presidente de província da Parahyba [sic] do Norte no ato de passar a administração da província ao segundo vice-presidente, o excellentissimo senhor doutor Flávio Clementino da Silva Freire, 29 de Abril de 1853. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=21&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1053%2C-237%2C3785%2C2670>. Acesso em: 10/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório a presentado a assembleia legislativa da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província, o dr, João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária em 5 de maio de 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=25&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1219%2C-205%2C3694%2C2606>. Acesso em: 10/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a assembléa legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o dr. Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de Agosto de 1859. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=34&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1063%2C294%2C4797%2C3384>. Acesso em: 11/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório com que o ill.mo e ex.mo snr barão de Mamanguape recebeu do ill.mo e ex.mo snr. Dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da provincia da parahyba do Norte a 17 de março de 1861. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=39&s=0&cv=0&r=0&xywh=-519%2C290%2C2296%2C1619>. Acesso em: 11/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição Feita pelo EXM. Sr. Barão de Mamanguape ao EXM. Sr. Dr. Francisco D'Araujo Lima no ato de passar a administração desta província no dia 18 de maio de 1861. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=40&s=0&cv=0&r=0&xywh=-65%2C610%2C1392%2C982>. Acesso em: 11/02/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado á assembléa legislativa provincial da parahyba do Norte pelo 2.o vice-presidente, exm. Sr. Barão de Maraú, em 5 de agosto e 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=49&s=0&cv=0&r=0&xywh=-264%2C470%2C1788%2C1261>. Acesso em: 12/02/2023.

REFERÊNCIAS

ANGULO, Juan. Varíola. In: VERONESI, Ricardo (org.). **Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. Cap. 10. p. 55-63.

ARAUJO, Silvera Vieira de. **Entre o poder e a ciência**: a história das instituições de saúde e de higiene da paraíba na primeira república (1889-1930). 2016. 328 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BASTOS, Cristiana et al (org.). **A Circulação do Conhecimento**: medicina, redes e impérios. Lisboa: lcs, 2011. 458 p.

BATISTA, Ricardo dos Santos; SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos (org.). **História, Saúde e Doença no Nordeste do Brasil**. Natal: Edufrn, 2022. 219 p.

BORGES, Rafael Coppi. **“A TERRA LHES SEJA LEVE”**: : adoecer e morrer na paraíba oitocentista (1850-1900). 2021. 193 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ms, 2009. 816 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das Sombras**: A política Imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 459 p.

CASTRO, Oscar de Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João. Pessoa/PB: A União, 1945

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 288 p.

FERNANDES, T. M.: Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 10 (suplemento2):461-74,2003.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 144 p.

FORTUNATO, Wuendisy; MARIANO, Serioja R. C.. Um discurso 'de acordo com a civilização do século': Medicina e Cura na Província da Parahyba (1850-1860). In: XV Encontro Estadual de História do Ceará, 2016, Fortaleza - CE. XV Encontro Estadual de História do Ceará, 2016. BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000. 72 p.

GOFF, Jacques Le (org.). *As Doenças tem História.* Lisboa: Terramar, 1985.
GURGEL, Cristina. **DOENÇAS E CURAS: o brasil nos primeiros séculos.** São Paulo: Contexto, 2010. 192 p.

GURGEL, Cristina. **DOENÇAS E CURAS: o brasil nos primeiros séculos.** São Paulo: Contexto, 2010. 188 p.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Andrade Pereira da. A VARÍOLA NO BRASIL COLONIAL (Séculos XVI e XVII). **Revista de Patologia Tropical**, [s. /], v. 41, p. 387-400, 2012.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Andrade Pereira da; CAMERCINI, Taise Fernandes. A Varíola nos tempos de Dom Pedro II. **Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan**, São Paulo, v. 7, p. 55-69, 2011.

LAROCCA, Liliana Muller; CARRARO, Telma Elisa. O MUNDO DAS VACINAS: caminhos (des)conhecidos. **Cogitare Enferm**, Curitiba, v. 5, p. 43-50, 2000. Semestral.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **EDUCAÇÃO PELA HIGIENE: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na parahyba do norte (1849-1886).** 2. ed. João Pessoa: Ccta, 2020. 392 p.

MARIANO, S. R. C.; TARGINO, E. B. L. AS DOENÇAS VIRANDO NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE DOENÇAS NA IMPRENSA DA PARAÍBA (1850-1860). In: **XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB**, 2016, Guarabira. XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB História: Conhecimento e Profissão, 2016. v. 01. p. 1-11.

MARIANO, S. R. C. Em Favor da Hygiene Publica, da Policia Sanitária e do Bem Geral': As Medidas de Combate à Varíola na Parahyba no Século XIX. In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: ANPUH UFPE, 2019. v. 01. p. 1-14.

MARTINS, Nereida Soares. **SANTA CASA DOS MORTOS: ritos fúnebres, mortalidade e relações de poder na paraíba oitocentista.** 2019. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Cap. 4.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos dos Males: adoecer na paraíba imperial. In: Ó, Alarcon Agra do *et al.* **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural.** João Pessoa: Ideia, 2003. Cap. 1. p. 11-45.

OLIVEIRA, L. I. P. C. Higiene é norma: salubridade pública na cidade da Paraíba oitocentista. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **NAS TRINCHEIRAS DA CURA**: as diferentes medicinas no rio de janeiro imperial. Campinas: Unicamp, 2001. 163 p.

TARGINO, Elyonara de Brito Lyra. **PARA ALÉM DOS MUROS HOSPITALARES**: atuação médica na Parahyba na segunda metade do oitocentos. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021

UJVARI, Stefan Cunha. **A HISTÓRIA DA HUMANIDADE CONTADA PELOS VÍRUS**: bactérias, parasitas e outros microrganismos.... 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. 208 p.

UJVARI, Stefan Cunha. **A HISTÓRIA E SUAS EPIDEMIAS**: a convivência do homem com os microorganismos organismos. 2. ed. São Paulo: Senac Sp, 2003. 312 p.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das Epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020. 320 p.

CABRAL, Dilma. Instituto Vacínico do Império. Arquivo nacional: Memória da Administração pública brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/366-instituto-vacnico-do-impe>. Acesso em: 01/05/2023.

LEONEL, Filipe. Brasil celebra um ano da vacina contra o covid-19. Portal Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contra-covid-19>. Acesso em: 20/02/2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me ajudar a alcançar meus objetivos, aos meus pais, os quais me apoiaram desde do momento em que decidi sair de casa para poder cursar essa graduação, a minha tia Rosa, que me deu um suporte afetivo gigantesco durante todos esses anos, a todos os membros do grupo Xuxus Oficial (lala, Vanessa, Helton, Laine, Lucas e Elaine), a rede de amparo que criamos em 2019 se tornou um pilar de extrema importância, principalmente na pandemia, para a conclusão desse ciclo e a todo o corpo docente da Universidade, especialmente a minha orientadora Mariângela de Vasconcelos Nunes e ao professor Cristiano Luís Christillino, que me orientou efetivamente de uma forma excelente nesse trabalho e o qual sou grato de todo o meu coração.